



LEVANTAMENTO DA EDUCAÇÃO MUSICAL NA REDE EDUCATIVA MUNICIPAL DE CUIABÁ: LOCAIS, PERCEPÇÕES, PRÁTICAS, RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÕES

Leonardo Borne (FCA e PPGE/UFMT) – leo@ufmt.br

Taís Helena Palhares (FCA e PPGECCO/UFMT) – tais.palhares@ufmt.br

Luiz Francisco Ipólito (PPGECCO/UFMT) – Ipolitoluiz@gmail.com

Jéssica Melina Behne Vettorelo (PPGECCO/UFMT e SEDUC-MT) – jessicavettorelo@hotmail.com

GT 1: Culturas Escolares e Linguagens

Resumo:

Este trabalho apresenta o protocolo de uma pesquisa em andamento que se propõe a responder à pergunta “Como está a situação da educação musical na rede municipal de Cuiabá, no tocante aos locais existentes, à legislação vigente, às percepções sobre a música no ambiente escolar, às práticas realizadas, aos profissionais que laboram e suas respectivas formações e anseios?”. A metodologia é qualitativa, com dados qualitativos e quantitativos e adotará o *survey* como gerador de dados, através de questionário online autodirigido aplicado aos docentes de artes/música vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá/MT, assim como entrevistas semiestruturadas com docentes e gestores educativos destas mesmas unidades educacionais. Os dados serão organizados e analisados com o apoio da Teoria do Trabalho Docente e das Redes Semânticas Naturais. Espera-se que os resultados possam ser utilizados não só para entender a situação da educação musical escolar da rede de Cuiabá, mas também gerar insumos para pensar as políticas de formação na universidade, na formação continuada e na presença da música nas escolas.

Palavras-chave: Educação Musical. Cuiabá. Trabalho Docente.

1 Introdução

O presente trabalho apresenta o protocolo de pesquisa em andamento desenvolvida pelo grupo de pesquisa Música e Educação da UFMT, e trata da música na rede escolar municipal de Cuiabá. A realização da pesquisa se dará no período compreendido entre 2021 e 2023.

A música sempre esteve presente nas escolas brasileiras e, em sua trajetória, observam-se práticas, concepções, funções e graus diferentes de importância atribuídos ao seu ensino e à sua prática. Da mesma forma, verificamos, no decorrer da história, concepções de diferentes povos e culturas, ora valorizando a aprendizagem do instrumento musical ou do canto; ora de certos aspectos da música; ora vinculando a música com outras áreas de conhecimento, cuja interação se dá de modo interdisciplinar ou colaborativo.

O aparecimento de leis, normas e documentos oficiais comprovam tais situações e nos fornece um panorama da forma como o ensino da música e da arte, de um modo geral, é considerado nas escolas, bem como a formação do profissional que irá atuar nesta área. Por exemplo, em 1971 - a partir da lei nº 5692/71 - somente os habilitados pelos Cursos de Licenciatura em Educação Artística poderiam assumir as salas de aulas, através de concursos e/ou contratos. Porém, estes cursos pregavam a polivalência, ou seja, o professor, ao término do curso, estava habilitado a trabalhar com qualquer uma das linguagens artísticas, quer seja artes plásticas, cênicas ou música.

Logo se percebeu que a prática da polivalência interferia diretamente na qualidade do ensino, chegando-se à conclusão que não é possível um só professor dominar fluentemente as três linguagens da arte a ponto de praticá-las e ensiná-las de uma maneira competente e, com o intuito de se resolver a questão, criou-se os Cursos de Educação Artística com habilitação específica em cada uma das linguagens artísticas.

Em dezembro de 1996, por meio da lei nº 9.394/96 aconteceu uma mudança no que diz respeito à obrigatoriedade do ensino da Arte, não mais com o nome de Educação Artística, nem como mera atividade, mas sim como área com conteúdos específicos, constituindo-se em quatro linguagens: música, artes visuais, teatro e dança. Em decorrência disso, os cursos para formação superior denominados de Educação Artística começam a cair em extinção dando lugar aos cursos de Licenciatura em Música, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Teatro e Licenciatura em Dança.

Em agosto de 2008, através da lei no 11.769, a música, como componente curricular, tornou-se obrigatória nos ensinos Fundamental e Médio. Em consequência desta lei, no âmbito mato-grossense foi promulgada, em agosto de 2010, a Lei no 9.437, incluindo a música nos conteúdos curriculares do ensino Fundamental e Médio da rede estadual de Mato Grosso. Esta mesma lei atribui à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) a responsabilidade de regulamentar a disciplina em termos de conteúdos e carga horária (Art. 1º), a ser ministrada dentro da carga horária regular das escolas. Na referida Lei constam como objetivos do ensino de música:

- I - estimular: a) a criatividade; b) a memória; c) a leitura rápida e dinâmica.
- II - trabalhar: a) a lateralidade e coordenação motora; b) a percepção; c) discriminação visual e auditiva; d) a postura.
- III - desenvolver: a) rapidez de raciocínio; b) auto-estima; c) a socialização; d) a organização e disciplina; e) a sensibilidade musical.

Ao visitar a literatura, é possível encontrar alguns textos que procuram entender a inserção da música na educação básica. Por exemplo, Silva e Pereira (2019), ao ver a realidade do município de Ingá/PB, notam que, mesmo que na referida rede a música deva ser ministrada como conteúdo curricular obrigatório, só há práticas musicais no contraturno, através de atividades do programa Mais Educação. Este programa não é parte do conteúdo curricular obrigatório, e os docentes a ele vinculados não são parte do quadro oficial da escola, mas sim pessoas da comunidade que vão partilhar seus saberes. Além disso, a música, quando trabalhada dentro da sala de aula na rede de Ingá, é vista desde sua ótica utilitarista - por exemplo, a música que acompanha os momentos da jornada de aula - não sendo, assim, uma educação musical como tal. Já Wolffenbüttel (2017) chega a dados quase idênticos aos do município acima mencionado, porém ela analisa redes municipais do estado do Rio Grande do Sul. Somado aos resultados anteriores da Paraíba, a autora gaúcha chega a outra conclusão preocupante com respeito aos profissionais que ministram o conteúdo musical, quando a música sim está presente no horário da aula:

Novamente se apresentou o descumprimento da legislação. Deve-se destacar, nas Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica, que uma das atribuições das secretarias é a de “realizar concursos específicos para a contratação de licenciados em Música” (BRASIL, 2013, p. 9). [...] O número de professores concursados atuantes nas escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul é bastante pequeno. E quem efetivamente acaba desenvolvendo esse tipo de atividade são os professores de outras áreas do conhecimento. (WOLFFENBÜTTEL, 2017, p. 12).

Além da música estar relegada ao extraoficial, quando ela está presente como conteúdo obrigatório na sala de aula, ela é ministrada por profissionais que não têm a formação específica para tal labor.

É interessante notar que estes resultados conseguidos no âmbito estadual do RS em 2017 parecem ser bem distintos dos que a mesma pesquisadora achou na capital do estado, Porto Alegre, em 2010. Segundo Wolffenbüttel (2010), nesta rede - que se caracteriza por estar, na maior parte das vezes, em zonas periféricas do município, assim como abranger educação infantil, ensino fundamental e médio - a música está inserida como conteúdo obrigatório predominantemente nos níveis fundamental e pré-escolar, e um pouco na EJA e na educação especial. Mais além, a educação musical figura em grande parte dos Projetos Político-Pedagógicos de grande parte das escolas. No entanto,

esta realidade não deixa de possuir seus desafios, como a falta de docentes formados ou com baixa carga horária para realizar diversas atividades musicais na escola, a infraestrutura inadequada ou a falta de materiais educativos específicos.

Regressando ao contexto paraibano, Souza (2018), ao analisar as questões da rede municipal de João Pessoa/PB, aponta que houve avanços como concursos específicos para música e dança em uma rede onde predominavam os licenciados em artes visuais; ainda assim, mais da metade das escolas municipais não têm no seu quadro docentes específicos de música. Parte desta herança é sentida ainda nas concepções de polivalência que permeiam a rede de João Pessoa, o que gera a necessidade de formações continuadas específicas de música, inclusive com um fundo político-epistemológico, sendo isto apontado pelos participantes da pesquisa. Por outro lado, Vieira (2016) apresenta a situação de Seropédica/RJ que, antes de 2008, já havia incluído os cargos de “Diretor da Fanfara, Diretor do Coral da Cidade, Coordenador de Projeto Cultural e Banda de Sucata” (p. 73) dentro da escola para, em 2012, incluir no quadro de docentes da rede o educador musical, demonstrando o interesse do município em desenvolver a música dentro do ambiente escolar. Segundo o autor, em 2016, $\frac{1}{3}$ das escolas já possuía docentes com formação específica na área.

Em outros estudos vemos que existem as mesmas tendências já apontadas anteriormente, que são aqui resumidas e endossadas, por exemplo: 1. a persistência do pensamento da polivalência no ensino de Artes, muitas vezes sem professor especialista na área dentro da escola (DEL BEN, 2005; DINIZ, 2005; RIBEIRO, 2012); 2. a presença mais comum da música nas etapas mais iniciais da educação básica (DINIZ, 2005; GOMES, 2011; RIBEIRO, 2012); 3. a música dentro da aula regular como forma de organizar e motivar as diferentes atividades do cotidiano escolar (DINIZ, 2005; RIBEIRO, 2012); 4. a música ministrada de forma extracurricular, ou seja, fora do horário de aula (DEL BEN, 2005; GOMES, 2011).

Neste sentido, visitando todos estes contextos e tendo conhecimento da legislação vigente no estado do MT, torna-se uma necessidade realizar uma pesquisa que verifique a situação da educação musical na referida rede de ensino. Conhecer e analisar as práticas educativo-musicais na escola básica e os atores educativos envolvidos resultam ser elementos importantes para definir ações educativas e artísticas, além de possivelmente retroalimentar políticas públicas. No caso do presente estudo, por ser o primeiro a ser realizado, iniciar-se-á com a rede municipal de Cuiabá a partir do ano de

2021. Com isto em mente, estabelece-se uma pergunta guia que norteará nossa pesquisa:

Como está a situação da educação musical na rede municipal de Cuiabá, no tocante aos locais existentes, à legislação vigente, às percepções sobre a música no ambiente escolar, às práticas realizadas, aos profissionais que laboram e suas respectivas formações e anseios?

2 Percursos metodológicos

Este estudo se encontra na esfera dos estudos qualitativos, especialmente apoiado nas proposições de Bogdan e Biklen (1994): ambiente natural, sem intervenção do pesquisador, olhando os fenômenos tais quais eles são. Como estratégia metodológica, optamos pelo *survey*, que foi amplamente utilizado na literatura visitada e é adequado quando a questão de pesquisa a ser respondida envolve uma quantidade ampla de participantes e se quer ter uma noção da realidade ou de um fenômeno (WOLFFENBÜTTEL, 2010). O *survey* será realizado através de um questionário que tem suas questões agrupadas em alguns blocos temáticos (ver apêndice 1):

- a. identificação e dados demográficos e de formação;
- b. atuação e práticas em sala de aula;
- c. facilidades, dificuldades e prospecções para o futuro.

Os participantes da pesquisa serão docentes da rede municipal de Cuiabá que trabalhem, de alguma forma, com o ensino de artes e música, seja dentro do currículo ou fora dele (projetos e outras ações “fora da sala de aula”), assim como os respectivos coordenadores pedagógicos e diretores das escolas. Nosso universo está conformado pelas unidades escolares da rede, que é composta por Creches, Escolas e CEMEIs, organizada em quatro regiões, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Relação de Unidades Educativas de Cuiabá

Regional	Creche	Escola	CEMEI	Soma
Norte	13	14	07	34
Sul	14	27	13	54
Oeste	09	16	00	25
Leste	17	24	03	44

Total	53	81	23	157
--------------	-----------	-----------	-----------	------------

Fonte: dados da pesquisa.

O número total de participantes variará, dado que o convite para participação será aberto e não temos o quantitativo prévio de quantos docentes se dedicam ao ensino de música em cada escola, tampouco o número de quantas escolas contemplam o ensino de música nas suas práticas. No entanto, como estimativa, o número ideal para se ter um bom mapeamento da situação em Cuiabá é de 100 participantes docentes para o questionário.

Adicionalmente, em uma etapa posterior, com o propósito de fornecer mais informações, aprofundar algumas questões e poder triangular os dados, serão convidados para participar de entrevistas semiestruturadas virtuais: dois docentes, dois coordenadores pedagógicos e dois diretores escolares de cada uma das regionais, totalizando 24 participantes. As entrevistas tratam, basicamente, dos blocos B e C do questionário do *survey*, porém realizadas em forma de entrevista e deixando as respostas mais abertas. Os entrevistados serão escolhidos intencionalmente dentre aqueles que responderem o questionário, sendo divididos em um grupo de escolas que não possuem educação musical no seu cotidiano escolar, e outro que sim. As entrevistas serão gravadas para posterior transcrição e análise.

Cabe salientar que, como contrapartida à participação na pesquisa, será oferecida às escolas uma formação continuada para docentes de artes, através de Ação de Extensão Universitária, com 50h de duração, realizada. Também é importante detalhar que a participação na pesquisa não está condicionada à participação na formação, ou vice-versa. Os docentes são livres para participar ou não em quaisquer uma das duas atividades. A coleta de dados não está vinculada à formação, por isso não a detalhamos neste protocolo; a formação somente é uma contrapartida oferecida aos docentes.

Sobre a abordagem e os procedimentos para a coleta (incluindo convite para participação), por acreditar que a situação de Covid-19 não estará resolvida no momento da pesquisa, realizaremos os seguintes passos:

- a. Autorização da Secretaria de Educação de Cuiabá (anuência institucional da SME) e solicitação dos contatos (telefones e/ou e-mails) das unidades escolares do município (coleta de TCUD da SME);
- b. Realização de contato inicial (através de telefone e/ou e-mail) com as escolas para informar sobre a pesquisa (e a contrapartida: a

formação continuada). Também é nesta etapa que solicitaremos a anuência institucional e o TCUD específicos da unidade escolar, que serão enviados por e-mail para assinatura do gestor principal da unidade (caso seja solicitado, a equipe de pesquisa pode proporcionar cópia impressa para assinatura do gestor, seguindo as normas de biossegurança vigentes: distanciamento, máscara e higienização das mãos). Neste mesmo momento, com a confirmação da participação, anuência institucional e TCUD, serão solicitados os contatos (telefone e/ou e-mail) dos docentes que trabalham com artes e música na unidade escolar, assim como dos gestores (coordenador pedagógico e diretor);

c. Realização de contato inicial com os docentes e os gestores (através de telefone/e-mail) informando sobre a pesquisa e convidando para sua participação (e, também, a formação continuada);

d. Em caso de aceite, envio do Consentimento Livre e Esclarecido virtual e do link do questionário ao e-mail informado;

e. Após realização do *survey*, seleção intencional dos participantes para a entrevista, com base na análise preliminar dos questionários;

f. Contato e convite para participação dos docentes, diretores e coordenadores pedagógicos para a entrevista;

g. Realização da entrevista através de plataforma virtual escolhida pelo participante (pode ser Zoom, Skype, Meet, Whatsapp, Messenger, entre outras). A equipe de pesquisa se adaptará à plataforma e à disponibilidade do participante. O consentimento da entrevista será colhido e registrado via gravação audiovisual no momento da entrevista.

Os dados serão organizados e analisados com o apoio da Teoria do Trabalho Docente (TARDIF; LESSARD, 2008) e outras teorias e conceitos que apoiem os resultados obtidos. Também se utilizará a técnica de Redes Semânticas Naturais (ABRIC, 2001; REYES-LAGUNES, 1993) (RSN), que busca desvelar significados latentes vinculados a possíveis representações sociais em um determinado grupo.

A teoria de Tardif e Lessard (2008) define a docência como uma profissão de interações humanas, o que significa “estudar a docência enquanto uma atividade laboriosa desenvolvida em uma organização de trabalho, onde interagem outros atores” (p. 275). Esta teoria dá aportes interessantes ao oferecer um marco que organiza o

trabalho docente a partir de três dimensões: atividade, identidade (status) e experiência; ainda que artificialmente as separemos para formar este arcabouço teórico, elas são indissociáveis na prática docente. Mesmo que na teoria ela tenha sido pensada para a educação em geral, já existem trabalhos realizados que a utilizam na educação musical (como em BORNE; MAFFIOLLETTI, 2015; KRÜGER, 2006), dado que a docência é uma “maneira de trabalho sobre o humano, com o humano, no qual o trabalhador se relaciona com seu objeto a partir do modo fundamental da interação humana, do cara a cara com o outro” independente da subespecialidade de aula. (TARDIF; LESSARD, 2008, p. 275). Krüger (2006) complementa que docência e música compartilha o caráter social e interativo, mesmo que esta prática, docente ou musical, seja solitária em alguns momentos (como estudar um instrumento em casa ou planejar uma aula) e interativa em outros (como a prática musical em grupos ou a própria prática educativa).

Diante disso, a primeira dimensão, *atividade*, fala de todas as ações cotidianas praticadas pelo professor, como o ensinar, o fazer, o interagir... que são determinadas em função de um objetivo, da aprendizagem e da socialização dos alunos. Ao vê-la em detalhe, é-nos permitido a análise, entre outros, dos pares conceituais “trabalho solitário e trabalho coletivo, autonomia na classe e controle na escola, tarefa prescritiva e tarefa real, currículo formal e currículo real, educação e instrução dos alunos” (idem, p. 278). Nesta dimensão também se realiza a análise das interações dos professores, não somente com os alunos, mas também com outros docentes, equipe escolar e outros profissionais.

O *status* fala das características da identidade do professor enquanto trabalhador da educação, seja individualmente ou coletivamente, em um movimento cíclico. Ou seja, o sujeito interferindo na *categoria* docente e a categoria transformando o *ser* docente. Esta identidade está vinculada, inicialmente, à categoria laboral, ou ao *status* de ser professor. “O trabalho de composição da identidade pertence, agora, cada vez mais ao docente, seja individual ou coletivamente, e cada vez menos à instituição escolar, como era outrora” (p. 50-51).

Por fim, a *experiência* é o “trabalho do modo como é vivenciado e recebe significado por ele [trabalhador] e para ele” (p. 51), ou seja, o conhecimento que o professor tem sobre sua própria profissão e prática, o contato direto com este trabalho. Esta experiência pode ser vista, entendida e adquirida de duas formas: desde os feitos e situações que ressoam e reiteram o trabalho, a partir da intensidade e da significação dos fatos e situações vividas por um indivíduo, ou seja, “a noção da verdade de sua vivência prática” (p. 285). Ela não deve ser simplificada pela sobreposição de conhecimentos,

habilidades e competências óbitos com o trabalho e com a prática, mas considerada como um encadeamento, concatenação, justaposição destas práticas, assim como a sua análise deve buscar ver estes fatores – ou parte deles.

Mudando o foco para as RSN, esta é uma técnica de associação de palavras de ampla tradição, tendo sido usada em diferentes campos de pesquisa (ABRIC, 2001; REYES-LAGUNES, 1993) com um valor heurístico manifestado já que se sustenta a partir de uma rigorosa articulação dentre as técnicas de análise dos modelos teóricos. Utilizá-lo, como técnica de coleta de dados, é relativamente simples: a um grupo de pessoas (no nosso caso, os professores de artes) se propõe, individualmente, uma palavra geradora e se pede que escrevam as primeiras palavras que venham livremente à mente. No nosso caso, optamos por palavras geradoras “Educação musical”, “Artes”, “Escola” e “Música”. Estas quatro palavras-geradoras são escolhidas partindo do entendimento que estão sempre presentes nos diálogos com docentes dos sistemas educativos. Desta forma, a exploração mais inicial consiste em estabelecer, primeiro, um quadro de frequências de aparição das palavras, estabelecendo uma lista das mais usadas; logo após, realiza-se uma reagrupação, por semelhanças ou aproximações sucessivas, em categorias o conjunto de palavras. Conjuntamente a nomear as palavras que vêm à mente, os participantes outorgam um peso distinto a cada uma das palavras (entre um e três, sendo três para a palavra mais importante e um para a de menor importância).

3 Palavras finais

O projeto de pesquisa, como mencionado, está em fase inicial de realização, esperando aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos para sua implementação, e já conta com parecer favorável por parte da Secretaria Municipal de Cuiabá. Em momentos futuros, propõe-se replicar o estudo com outras redes de ensino no Mato Grosso, seja a estadual, seja em outras redes municipais.

Como resultados práticos, espera-se que eles possam ser utilizados não só para entender a situação da educação musical escolar da rede de Cuiabá, mas também gerar insumos para pensar as políticas de formação na universidade, na formação continuada e na presença da música nas escolas.

Referências

ABRIC, Jean Claude (Org.). **Prácticas sociales y representaciones**. México: Ediciones Coyoacán, 2001

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria dos métodos**. Portugal: Porto, 1994.

BORNE, Leonardo; MAFFIOLETTI, Leda. Yo y Los Otros: Relaciones e interacciones en la Educación Musical a distancia. Algunas miradas docentes. **Neuma (Talca)**, n. 8, v. 2, p. 184–212, 2015. Disponível em: <https://neuma.utralca.cl/index.php/neuma/article/view/83>. Acesso em: 26 ago. 2021.

KRÜGER, Susana Ester. Relações interativas de docência e mediações pedagógicas nas práticas de EaD em cursos de aperfeiçoamento em educação musical, **Revista da ABEM**, v. 17, p. 97-107, 2007.

MATO GROSSO. Lei 9.437, de 16 de agosto de 2010. Estabelece a inclusão de música nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio das escolas da rede estadual de ensino - “Música na Escola”. **Diário Oficial**, Cuiabá, MT, 16 ago. 2010. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-9437-2010.pdf>. Acesso em 26 ago. 2021.

REYES-LAGUNES, Isabel. Redes semánticas naturales, su conceptualización y su utilización en la construcción de instrumentos. **Revista de Psicología Social y Personalidad**, v. 9, n. 1, p. 81-97, 1993.

SILVA, Alba Vieira da; PEREIRA, Enderson Barbosa. O ensino da música em escolas municipais da cidade de Ingá-PB, após advento da Lei 11.769/2008. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 29ª edição, 2019, Pelotas, **Anais eletrônicos...** Pelotas: ANPPOM/UFPEL, 2019. Disponível em: <https://anppom.com.br/congressos/index.php/29anppom/29CongrAnppom/paper/viewFile/5789/2106>. Acesso em 26 ago. 2021.

SOUZA, José Reinaldo Tavares de. **Formação continuada em Música na rede pública municipal de educação de João Pessoa**: percepção dos professores frente às demandas de atuação. 2018. Dissertação (Mestrado em Música) – PPGMUS, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

VIEIRA, Márlon. **A implementação do ensino de música na rede municipal de Seropédica/RJ**: desafios e perspectivas. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes) – PPGArtes, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2016.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A inserção da música no projeto político pedagógico: o caso da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS. **Revista da ABEM**, v. 24, p. 73-80, set. 2010.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina. Música nas escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 1-21, 2017.